



SUMÁRIO

Prefácio – LUÍS GRECO	7
Apresentação – FABIO D’AVILA	9
Agradecimentos.....	13
Abreviaturas.....	17
Sumário.....	19
1 INTRODUÇÃO	25
1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO	32
1.2 RELAÇÃO ENTRE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL	33
1.3 POR QUE OS ACORDOS SOBRE A SENTENÇA? O CONCEITO (MATERIAL) DE PENA E SUA ESPECIAL NECESSIDADE DE JUSTIFICAÇÃO.....	35
1.4 SOBRE A ABORDAGEM NORMATIVA E SUAS RELAÇÕES COM AS QUESTÕES EMPÍRICAS E INSTITUCIONAIS.....	42
2 APROXIMAÇÕES AO FENÔMENO DOS ACORDOS SOBRE A SENTENÇA.....	51
2.1 APROXIMAÇÃO TEÓRICA AOS CONCEITOS DE JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA E ACORDOS SOBRE A SENTENÇA .	51
2.1.1 Justiça penal negociada (ou justiça penal consensual)	52
2.1.1.1 Justiça negociada e princípio da oportunidade	55
2.1.1.2 Justiça negociada e justiça restaurativa.....	59
2.1.1.3 Justiça negociada e reparação da vítima.....	60
2.1.2 Espécies de justiça penal negociada – esboço de uma ti- pologia	61





2.1.2.1	Justiça negociada como alternativa à resolução de mérito.....	63
2.1.2.2	Justiça negociada como alternativa à instrução	63
2.1.2.3	Justiça negociada como colaboração para evitação de crimes ou para a perseguição de terceiros	64
2.1.3	Objeto do trabalho: acordos sobre a sentença penal ..	65
2.1.4	Justiça negociada no Brasil: a inexistência de acordos sobre a sentença no direito positivo e os projetos de lei para sua incorporação	66
2.2	APROXIMAÇÃO A CONCRETOS MODELOS DE ACORDOS SOBRE A SENTENÇA	70
2.2.1	A <i>plea bargaining</i> nos Estados Unidos da América	72
2.2.1.1	Breve histórico da <i>plea bargaining</i>	72
2.2.1.2	Aspectos estruturais do processo penal estadunidense	74
2.2.1.3	As características da <i>plea bargaining</i>	79
2.2.2	A <i>Verständigung</i> ou <i>Absprache</i> na Alemanha	94
2.2.2.1	Breve histórico da <i>Verständigung</i> ou <i>Absprache</i> na Alemanha	94
2.2.2.2	Aspectos estruturais do processo penal alemão	99
2.2.2.3	As características da <i>Verständigung</i> ou <i>Absprache</i>	102
2.2.3	O <i>patteggiamento</i> na Itália	109
2.2.3.1	Breve histórico do <i>patteggiamento</i>	109
2.2.3.2	Aspectos estruturais do processo penal italiano....	112
2.2.3.3	As características do <i>patteggiamento</i>	115
2.2.4	A <i>conformidad</i> na Espanha	124
2.2.4.1	Breve histórico da <i>conformidad</i> na Espanha.....	124
2.2.4.2	Aspectos estruturais do processo penal espanhol ..	126
2.2.4.3	As características da <i>conformidad</i>	130
2.2.5	Aproximação indutiva às características dos acordos sobre a sentença	140
2.2.5.1	Participantes do acordo.....	140





SUMÁRIO	21
2.2.5.2 Âmbito de aplicação	141
2.2.5.3 Objeto do acordo	142
2.2.5.4 Modo de determinação dos benefícios.....	143
2.2.5.5 Controle judicial	144
2.2.5.6 Vinculação judicial	145
2.2.5.7 Base fática	146
2.2.5.8 Estatuto da declaração do acusado e da sentença..	147
3 ACORDOS SOBRE A SENTENÇA E FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL.....	149
3.1 ESTRUTURAÇÃO E PRESSUPOSTOS DO CAPÍTULO	149
3.1.1 Distinção entre proteção de direitos individuais e de interesses da coletividade pelo sistema penal	150
3.1.2 O caráter público do direito penal e o fundamento utilitário dos acordos sobre a sentença: a busca de efetividade e eficiência na persecução e sancionamento de crimes	153
3.2 ACORDOS SOBRE A SENTENÇA E PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.....	156
3.2.1 Dever de punir (princípio da obrigatoriedade/legalidade processual) e princípio da legalidade penal.....	161
3.2.1.1 Concepção bilateral e unilateral do princípio da legalidade	163
3.2.1.2 Fundamentação de uma versão “fraca” do dever de punir (obrigatoriedade ou legalidade processual) ..	170
3.2.2 Os limites da relativização da legalidade pela própria lei	172
3.2.2.1 Um critério crítico da legalidade penal.....	175
3.2.2.2 A aplicabilidade das exigências do princípio da legalidade a institutos processuais penais	178
3.2.3 Corolários da legalidade e justiça penal negociada	183
3.2.3.1 Reserva de lei formal (<i>lex scripta</i>) e a necessidade de regulação dos acordos sobre a sentença por lei	183
3.2.3.1.1 <i>Um exemplo no Brasil: o acordo de não-persecução</i>	<i>186</i>





3.2.3.2	Mandado de determinação ou taxatividade (<i>lex certa</i>) e os limites à abertura dos acordos sobre a sentença	189
3.2.3.2.1	<i>O direito subjetivo do réu ao acordo</i>	196
3.2.3.2.2	<i>O risco de subversão dos parâmetros legais na prática</i>	198
3.2.3.3	Proibição de analogia (<i>lex stricta</i>) e limites às decisões nos acordos sobre a sentença	199
3.2.3.3.1	<i>Os limites da aplicação da lei em favor do réu: o exemplo da Colaboração Premiada</i>	203
3.2.3.4	Proibição de retroatividade (<i>lex praevia</i>) e os acordos sobre a sentença	205
3.3	ACORDOS SOBRE A SENTENÇA E PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE.....	208
3.3.1	A redução da sanção pelos acordos e a adequação entre medida da pena e culpabilidade	212
3.3.1.1	Concepção bilateral e unilateral do princípio da culpabilidade: a possibilidade de mitigação da pena pelos acordos.....	215
3.3.2	Acordos sobre a sentença e punição de inocentes	221
3.3.2.1	Princípio da culpabilidade e busca unilateral da verdade	223
3.3.2.2	O conteúdo normativo da proibição de punir inocentes: dever de minimização de riscos	225
3.3.2.3	O conteúdo fático mínimo exigido para os acordos sobre a sentença: confissão completa do réu	230
3.3.2.4	O caráter coativo dos acordos sobre a sentença ...	235
3.3.2.4.1	<i>Medidas para minimizar o risco de coação nos acordos</i>	241
3.4	ACORDOS SOBRE A SENTENÇA E TEORIAS DAS NORMAS	248
3.4.1	Esclarecimentos conceituais a respeito das normas penais	249
3.4.1.1	Normas de conduta e normas de sanção	249
3.4.1.2	Normas de valoração, de determinação e expectativas institucionalizadas.....	252





3.4.2 As críticas baseadas na função da norma de conduta .	254
3.4.2.1 A crítica de Schünemann: a negociação sobre o fato e o ilícito como alteração do conteúdo da norma de conduta	254
3.4.2.2 A crítica de Herrera Guerrero: a negociação sobre a pena como alteração do conteúdo da norma de conduta	257
3.4.3 A distinção entre as funções preventivas cumpridas pela norma de conduta (proibição) e pela norma de sanção (imposição da pena).....	257
3.4.4 A distinção e as relações entre as mensagens da proibição e da punição	260
3.4.4.1 O debate anglo-saxônico: regras de conduta e regras de decisão.....	261
3.4.4.2 Os distintos níveis da regra de conduta e da regra da decisão.....	263
3.4.4.3 Funções idealmente distintas e confusão entre as mensagens no mundo real	265
3.4.5 O que pode e o que não pode ser negociado? Limitações à negociação a partir da função e da mensagem da norma de conduta.....	267
3.4.5.1 As capitulações jurídicas como objetos de negociação	267
3.4.5.1.1 <i>Excurso: a norma penal é um “imperativo categórico”?</i>	271
3.4.5.2 Os fatos como objetos de negociação.....	274
3.4.5.3 As sanções como objetos de negociação	275
3.4.5.4 Medidas para minimizar as possibilidades de acordo sobre objetos ilícitos	278
3.4.6 Restrições à negociação com base no desvalor do crime – os crimes inegociáveis.....	278
3.4.6.1 Critérios para limitação dos acordos sobre a sentença com base no desvalor do crime.....	283





3.5 ACORDOS SOBRE A SENTENÇA E IMPOSIÇÃO DA PENA	286
3.5.1 A justificação da mitigação da punição pelo acordo sobre a sentença em referência às teorias da pena.....	290
3.5.1.1 Acordos e retribuição.....	291
3.5.1.2 Acordos e prevenção geral negativa	298
3.5.1.3 Acordos e prevenção geral positiva.....	302
3.5.1.4 Acordos e prevenção especial.....	309
3.5.1.5 Breve referência às teorias expressivas.....	314
3.5.1.6 Valoração geral da relação dos acordos sobre a sentença com as teorias da pena e consequências para o Brasil.....	315
3.5.2 Questões autônomas sobre a redução da pena em razão dos acordos sobre a sentença.....	317
3.5.2.1 A igualdade na distribuição da pena	317
3.5.2.2 Acordos sobre a sentença e comportamentos pós-delitivos positivos	321
3.5.3 Como e quanto reduzir a pena pelos acordos sobre a sentença.....	327
3.5.3.1 Como reduzir a pena	327
3.5.3.1.1 <i>Análise dos possíveis modelos de redução da pena</i>	<i>327</i>
3.5.3.1.2 <i>Proposta de um modelo de redução de pena</i>	<i>332</i>
3.5.3.2 Quanto reduzir a pena: tentativa de definição de uma medida “moderada”	335
3.5.3.3 Possibilidade de negociações sobre outros aspectos da sanção.....	339
3.5.3.4 Considerações finais sobre o modelo proposto.....	342
4 CONCLUSÕES	343
REFERÊNCIAS	359
ANEXO I – PROJETOS DE LEI A RESPEITO DOS ACORDOS SOBRE A SENTENÇA NO BRASIL	397

